



# PESQUISA ATIVISTA E A COMUNICAÇÃO DE ONGS DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

[ ARTIGO ]

**Céres Santos**

*Universidade do Estado da Bahia*

## [ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Neste artigo faço uma breve revisão bibliográfica sobre a aplicação da metodologia pesquisa ativista – observando suas semelhanças e distinções em relação à pesquisa-ação e à pesquisa participante – em uma tese de doutorado que trata da comunicação na vida de mulheres negras brasileiras, a partir do uso e apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Para isso, recorro a Hale (2001, 2008) e Vargas (2008), para tratar da pesquisa ativista; Borda (1978), Thiollent (2011), Bringel e Maldonado (2016), Bringel e Varella (2017), Brandão e Borges (2007), e a Peruzzo (2005), que discorrem sobre investigação-ação, pesquisa participante e pesquisa-ação. O estudo aponta as possibilidades de a pesquisa ativista potencializar reflexões e intervenções sobre as lutas das mulheres negras brasileiras por meio da comunicação, de quatro organizações não governamentais (ONGs).

**Palavras-chave:** Pesquisa Ativista. Pesquisa-Ação. Pesquisa Participante. Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. TICs.

In this article, I provide a brief bibliographic review on the application of activist research methodology - observing its similarities and distinctions with action-research and participant research - in a doctoral thesis that deals with Communication in the lives of black Brazilian women, in terms of their employment and utilization of Communication Technologies (CT). In that sense, I turn to Hale (2001, 2008), Vargas (2008) in order to address activist research; (1978), Thiollent (2011), Brandão and Borges (2007) and Peruzzo (2005), who discuss action-investigation, participatory research and action-research. This study, also, draws attention to the possibilities of activist research, eg.: reflections and interventions in the realm of the struggles of black Brazilian women through Communication, focusing on four non-governmental organizations (NGOs).

**Keywords:** Activist Research. Action Research. Participant Research. Black Brazilian Women Organizations. TICs.

En este artículo realizo una breve revisión bibliográfica sobre la aplicación de la metodología pesquisa activista - observando sus semejanzas y distinciones con la pesquisa-acción y pesquisa participante - en una tesis de doctorado que trata de la Comunicación en la vida de mujeres negras brasileñas a partir del uso y apropiación de las Tecnologías de la Comunicación (TIC). Para ello, recorro a Hale (2001, 2008), Vargas (2008), para tratar de la pesquisa activista; a Borda (1978), Thiollent (2011), Brandão y Borges (2007) y a Peruzzo (2005), que discurren sobre investigación-acción, pesquisa participante y pesquisa-acción. El estudio aun apunta para las posibilidades de la pesquisa activista, por ejemplo, potencializar reflexiones e intervenciones sobre las luchas de las mujeres negras brasileñas, por medio de la Comunicación, de cuatro organizaciones no gubernamentales (Ong).

**Palabras clave:** Pesquisa Activista. Pesquisa-acción. Pesquisa Participante. Organizaciones de Mujeres Negras Brasileñas. TICs.

## Introdução

---

Este artigo faz uma revisão bibliográfica e comparativa da pesquisa ativista, pesquisa-ação e pesquisa participante, para justificar a utilização da pesquisa ativista – uma metodologia da Sociologia – na área de Comunicação Social. Esse deslocamento parte do princípio de que as relações sociais são mediadas pela comunicação e a transdisciplinaridade provoca uma hibridização, uma ruptura das fronteiras do conhecimento, aproximando experiências sociais exitosas e tonificantes à experiência humana e aos movimentos sociais, por exemplo. Meu propósito em provocar essa aproximação da Sociologia com a Comunicação, por meio da pesquisa ativista, é focar, com mais insistência e profundidade, as ações de organizações de mulheres negras brasileiras<sup>1</sup> quanto ao uso e apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para ampliar seus ativismos e feminismos negros.

Nesse sentido, este artigo faz uma breve introdução, tratando da transdisciplinaridade no uso, em Comunicação, de uma metodologia da Sociologia; define pesquisa ativista, pesquisa-ação e pesquisa participante; identifica semelhanças e distinções entre essas e em relação a outras proposições metodológicas. Em seguida, o artigo trata, de forma resumida, das características das organizações de mulheres negras brasileiras e do uso da

pesquisa ativista em um estudo sobre comunicação nessas organizações.

Na atualidade, as TICs vêm promovendo mudanças significativas na sociedade, em geral, e no campo da Comunicação Social, mais especificamente, fertilizando novos desafios e paradigmas, embora as redes sociais no ciberespaço demonstrem a existência de brechas digitais de gênero, por exemplo, numa reprodução das exclusões de várias ordens ainda existentes no mundo não virtual, como as de raça, religiosidade e classe social.

Mas, mesmo em um cenário digital refratário à diversidade de raça, classe, sexualidade, religiosidade, tem-se evidenciado uma maior divulgação e um maior alcance dos conteúdos discursivos das ONGs estudadas de mulheres negras brasileiras, a partir do uso e apropriação das redes sociais, como *sites*, *blogs*, *Facebook* e *Instagram*.

Considero a metodologia proposta pela pesquisa ativista uma das mais apropriadas para abordar a expansão do ativismo de mulheres negras pelas TICs, porque ela propicia o desenvolvimento de um estudo científico no qual o(a) pesquisador(a) não negue seu envolvimento nem com o tema nem com as participantes que contribuem na pesquisa. Em síntese, a pesquisa em questão procura identificar a interferência do uso e apropriação das TICs e os caminhos percorridos por essas mulheres negras brasileiras para terem acesso a um dos direitos humanos, a comunicação.

É a comunicação um meio que permite visibilizar os discursos das mulheres negras e, também, a construção de novas redes que promovam uma prática cidadã

---

<sup>1</sup> A pesquisa está sendo desenvolvida em quatro ONGs brasileiras: Instituto da Mulher Odara (Bahia), Instituto Flores de Dan (Bahia), Associação de Mulheres Rendeiras (Pernambuco) e Criola (Rio de Janeiro).

e, ao mesmo tempo, um reforço dos laços diaspóricos dessas mulheres. Mas, por outro lado, também é necessário observar se o uso das ferramentas oferecidas pelas TICs tem implicado reflexões sobre a comunicação enquanto um campo de conhecimento, ou a respeito dos meios de comunicação enquanto empresas hegemônicas, com discursos, representações e estereótipos, que têm restringido o acesso dessas mulheres ao discurso midiático.

## **Pesquisa ativista e as desigualdades e exclusões**

---

Ao tratar dos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa ativista, Hale<sup>2</sup> (2001, p. 13) salienta duas de suas proposições: a) a rejeição à ideia de que o comprometimento político do(a) pesquisador(a) coloca sob suspeita o rigor acadêmico do trabalho; b) acreditar que esse “comprometimento” potencializa um consistente conhecimento do problema, podendo contribuir no aprofundamento da sua compreensão teórica. Em razão disso, a experiência anterior do(a) pesquisador(a), no caso do trabalho já citado, ligada à área de Comunicação Social e a organizações do Movimento Negro e de

---

<sup>2</sup> Hale é diretor do Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade do Texas/Austin e professor de Antropologia e um dos responsáveis pela oferta do XI Curso de Atualização: A Teoria e as Questões Políticas da Diáspora Africana nas Américas (20017), por meio de parceira do Departamento de Estudos Africanos e da Diáspora Africana (AADS, Universidade do Texas), do Instituto Lozano Long de Estudos Latino-Americanos (LLILAS) e da ONG brasileira Criola.

Mulheres Negras brasileiras, associada ao tipo de interação que o grupo de ONGs participantes tem nessa pesquisa, pode se reverter em contribuições para a continuidade e aprimoramento dessas ações, que denunciam desigualdades e sugerem políticas públicas para a alteração dessa realidade. Sendo assim, meu ativismo não deve ser interrompido nem precisa ser um impedimento para o desenvolvimento da pesquisa.

Afinal, a intenção de desenvolver essa pesquisa não se limita ao campo acadêmico, mas associa a ele uma possibilidade de interferência e contribuição no ativismo das mulheres negras brasileiras, contexto do qual já faço parte, ao trazer proposições e análises construídas com um grupo de ONGs que poderá utilizar essas proposições nas suas ações cotidianas. E essa possibilidade torna-se viável, palpável, na pesquisa ativista, pois essa identidade e experiência são fundamentais para o desenvolvimento desse tipo de trabalho científico.

Além disso, outro fator de aproximação com os pressupostos da pesquisa ativista é que ela indica não só um deslocamento do que se convencionou chamar de “objeto” da pesquisa, que, nesse caso, torna-se sujeito e participante, o que propicia, nesse deslocamento epistemológico e polêmico, uma maior interação entre o(a) pesquisador(a) e os(as) participantes desde os processos iniciais da pesquisa, como a coleta dos dados iniciais, até as conclusões. Em todas as etapas, a pesquisa ativista prevê a participação e a opinião dos(as) participantes.

A pesquisa ativista se propõe a percorrer um caminho que rejeita algumas

regras estabelecidas pela academia tradicional e alicerçadas na imparcialidade, neutralidade e objetividade do(a) pesquisador(a), sem, no entanto, deixar de lado o rigor dos estudos, no desenvolvimento da pesquisa, coleta e divulgação de dados.

Hale (2001) ainda destaca, como características da pesquisa ativista, que ela contribui no entendimento das raízes da desigualdade, da opressão e violência, e que todo o desenvolvimento da pesquisa se faz em cooperação com as pessoas envolvidas no trabalho – a pesquisa é usada “junto com as pessoas em questão, para formular estratégias para transformar essas condições e para alcançar o poder necessário para tornar essas estratégias eficazes”. (*Ibid*, p. 13)

Algumas das resistências à pesquisa ativista, segundo Hale (2001), decorrem do fato dela se contrapor às exigências de neutralidade, objetividade e imparcialidade, e, também, porque a pesquisa ativista se apresenta como um desafio à dicotomia entre ciências sociais “puras” e “aplicadas”, ao propor uma terceira categoria de pesquisa: híbrida e orientada para o seu uso, recorrendo, sim, à severidade teórica e metodológica, mas negando a “neutralidade” do(a) pesquisador(a). A pesquisa ativista não exige que as convicções ético-políticas do(a) pesquisador(a) sejam escondidas. Pelo contrário, elas são inspiradoras para o desenvolvimento de uma pesquisa, mas devem ser dosadas.

Segundo o autor, existe, na atualidade, um reconhecimento de que todas as pesquisas são posicionadas, mas é a pesquisa ativista a que “apoia a aparência contrastante de tornar nossa política

explícita e em frente, refletindo honesta e sistematicamente sobre como moldaram a nossa compreensão do problema e colocando-as, portanto, a serviço de nosso esforço analítico”. (*Ibid*, p. 14)

Ao citar as etapas metodológicas que uma pesquisa ativista deve percorrer até a sua conclusão, Hale (2011) afirma que o diálogo e o domínio dos temas de estudo são importantes, e que as afinidades não podem superar os objetivos da pesquisa. Seguindo outras pesquisas, a ativista se baseia em uma diversidade de ferramentas metodológicas, mas exige algum grau de participação do(a) pesquisador(a) em relação aos assuntos, grupos ou comunidades participantes dos estudos, de tal maneira que esses(as) participantes sejam ativos(as) na pesquisa, inclusive em etapas como interpretação e análise dos dados. Ele destaca que o envolvimento dos(as) participantes ativos(as) da pesquisa é uma decisão que altera a relação dicotômica entre “eles(as)” (participantes) e “nós” (analistas) e, ainda, cria condições para que se promova uma comparação entre as conclusões do(a) pesquisador(a) e dos(as) participantes.

Hale (2001) também discorre a respeito da disseminação e validação dos resultados da pesquisa ativista. Enquanto a disseminação é primordial para o cumprimento dos compromissos firmados entre o(a) pesquisador(a) e os(as) participantes no processo de desenvolvimento da pesquisa, a validação torna-se o aval da utilidade, pelos(as) participantes, das proposições e possibilidades levantadas. Para o autor (2001, p. 15), “o desafio aprofunda-se se resistimos à dicotomia entre a linha de fundo empírica (para eles) e as repercussões

teóricas (para nós) e tentamos comunicar resultados generalizados ou teóricos de forma educativa e útil”. Cabe salientar que, de acordo com Hale (2001), a validação dos resultados da pesquisa configura-se como um dos itens mais importantes de uma pesquisa ativista, pois é ela a que mais confronta os pressupostos convencionais com os resultados, além de produzir conhecimentos aplicáveis em ações para a promoção de mudanças sociais.

### **Investigação-ação: descolonização do pensamento latino-americano**

Uma das questões que chamam a atenção nessa revisão bibliográfica e comparativa é que a pesquisa ativista segue, basicamente, o mesmo percurso propositivo, metodológico, teórico e epistemológico da investigação-ação, tendo como um dos principais proponentes o colombiano Orlando Fals Borda, citado por Hale (2001, 2008), Bringel e Maldonado (2016). Eles destacam que o pensamento crítico latino-americano, no século XX, se preocupou com a incidência de lutas sociais na região, tendo sido Borda um dos primeiros intelectuais a propor pesquisas sociológicas comprometidas com esses processos sociais.

Borda (1978) defendia a necessidade de descolonização do conhecimento, de dar “voz aos excluídos” e, para isso, propunha uma metodologia que se assemelha aos propósitos e conteúdos da pesquisa ativista, mas que Borda chamava de “investigación-acción” (investigação-ação) e, mais tarde, de pesquisa militante. Para

Borda (1978), era indispensável um compromisso dos(as) intelectuais frente às exigências de mudanças sociais, uma vez que as dificuldades teóricas e metodológicas, na época, eram decorrentes do fato de que as propostas, vindas da Europa e dos EUA, já não satisfaziam, não eram aplicáveis à realidade latino-americana. Segundo Borda:

Toda esta problemática de la causalidad fue llevando a cuestionar la orientación del trabajo regional y las herramientas analíticas disponibles. Hasta allí se había procedido de manera rutinaria. La experiencia fue indicando que la validación de los efectos del trabajo sólo podía hacerse, de manera definitiva, mediante el criterio de la acción concreta, esto es, que la causa última tenía una dimensión teórico-práctica. Lo aleatorio de la acción social que se veía día a día, quedaba al fin y al cabo sujeto al marco de la praxis, como explicaremos más adelante. (1978, p. 6)

Foi na práxis que Borda (1978) constatou que a investigação-ação exigia do(a) pesquisador(a) a sua inserção no processo social, sua plena identificação com os grupos com os quais estava em contato. Esse comprometimento contribuiria, segundo o autor, não apenas para a obtenção de dados fidedignos, mas

[...] para contribuir al logro de las metas de cambio de esos grupos. Se diferenciaba así esta técnica de las anteriores em que se reconocía a las masas populares un papel protagonista, con la consiguiente disminución del papel del intelectual-observador como monopolizador o controlador de la información científica. (Ibid, p. 6)



Cabe destacar outra forte característica dessa metodologia: o rompimento da díade sujeito-objeto, ao transformar o “objeto” em “sujeito” da pesquisa – sujeito participante da pesquisa.

Outra observação de Borda (1978) é de que, a partir da práxis o(a) investigador(a) pode ser, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de sua própria investigação e, assim, experimentar o efeito de seu trabalho. Inclusive, Bringle e Varella (2016), ao analisarem o trabalho de Borda, quanto à crítica à neutralidade, imparcialidade e objetividade presente na investigação-ação, argumentam que, para Borda,

[...] o conhecimento científico é uma construção social, historicamente localizada e, por isso, necessariamente contingente, isto é, os conhecimentos são temporalmente e espacialmente situados e ligados a determinadas formas de organização social e política e a específicas concepções de mundo, sendo inverídica a universalidade através da qual o discurso científico se externaliza. Nesse sentido, todos os teóricos e cientistas sociais servem a interesses sociais e políticos específicos, consciente ou inconscientemente, sendo que, muitas vezes, o silêncio ou a forçada neutralidade revelam na realidade um compromisso com as desiguais condições sociais existentes. Deste modo, qualquer projeto de pesquisa que aborde as desigualdades e se comprometa a buscar vias para sua superação supõe uma postura política do pesquisador. (BRINGEL e VARELLA, 2016, p. 476)

Bringle e Varella (2016) entendem que o capitalismo, como um sistema de

poder global organizado e fundado em processos econômicos que envolvem dinâmicas políticas e culturais e que têm papéis centrais na legitimação e estruturação desse sistema, “cria mecanismos culturais e simbólicos que legitimam a forma de organização social e as enormes desigualdades criadas. Mais que isso: passa, inclusive, a regular as desigualdades sociais através da mercantilização contínua de políticas” (*Ibid*, p. 477). Nessa lógica, o processo de legitimação da reprodução das desigualdades se dá, também, pela negação de propostas que coloquem em suspensão o modelo de conhecimento científico e hegemônico. Nesse sentido, a investigação-ação, que reforçava um pensamento crítico, não era bem vista, pois não produzia um conhecimento “legítimo”.

É nesse cenário de embates na construção de um pensamento social crítico latino-americano que Bringle e Varella (2016) situam a pesquisa militante, proposta por Borda. Eles reconhecem que a pesquisa investigação-ação e, posteriormente, a pesquisa militante, na América Latina, passou por mudanças decorrentes da ascensão de governos de ditadura militar e de centro-esquerda e que houve uma intensificação sobre a sua utilidade e a necessidade de um pensamento crítico e latino-americano. Assim como a pesquisa ativista, a pesquisa militante gera articulações a partir da práxis e efetiva uma

produção compartilhada de conhecimento orientada para a ação transformadora, através de uma contínua retroalimentação entre os marcos teóricos e as práticas transformadoras dos movimentos organizados, modificando tanto o referencial teórico quanto as ações

práticas das coletividades. Criou-se, na realidade, a perspectiva da práxis, ao imbricar a produção de saber com a geração de ações transformadoras em um processo multidirecional, o que aprofunda sobremaneira a ruptura da proposta teórico-prática da pesquisa militante. (BRINGEL e VARELLA, 2016, p. 482)

Em outro trabalho, Bringel e Maldonado (2016, p. 390) se referem à pesquisa militante, proposta por Orlando Fals Borda, como “pesquisa ação participativa”, considerando-a “uma possibilidade de subversão científica” que contribuiu para a inspiração de uma sociologia “comprometida com os processos de transformação em nossa região” (*Ibid*, p. 391). A proposta, segundo os autores, tinha como objetivo principal “atuar na sistematização do conhecimento, na pesquisa direta dos problemas sociais, na metodologia da ação e na divulgação”. (*Ibid*, p. 397)

Por sua vez, Peruzzo (2016), ao tratar da epistemologia e método da pesquisa-ação, destaca que esta pode ser aplicada em vários campos do conhecimento, com finalidades e métodos distintos, a depender da visão de cada autor e das tradições teóricas que as fundamentam. Essa amplitude pode ser constatada, por exemplo, na variedade de nomenclaturas: pesquisa-ação participativa, pesquisa ativa, estudo-pesquisa, investigação-ação e pesquisa-militante. Inclusive, Peruzzo (2016, p. 8) cita que Borda, em sua participação no 8º Simpósio Mundial sobre Investigação-ação, ocorrido em 1977, em Cartagena (Colômbia), identificou 32 vertentes de pesquisa-ação nos trabalhos apresentados. Entre elas, linhas conservadoras e progressistas. É evidente que, nesse mosaico, algumas dessas vertentes

apresentavam problemas diversos, como desequilíbrio entre militância e desenvolvimento do conhecimento e/ou pouca rigidez metodológica na apuração dos dados.

### **Pesquisas sociais: conhecimento para empoderar os movimentos sociais**

---

Observa-se que a pesquisa-ação analisada por Peruzzo (2016) segue, praticamente, os mesmos pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos da pesquisa ativista: 1) admite o envolvimento e a intervenção do(a) pesquisador(a) na situação ou grupo; 2) é uma pesquisa de natureza participativa, voltada para o conhecimento da realidade de um determinado grupo ou situação; 3) é progressista e evidencia uma tomada de posição. E, ainda, gera conhecimento como uma construção da comunidade pesquisada. Segundo Peruzzo,

[...] o propósito da pesquisa-ação de contribuir para esclarecer e dar subsídios para a solução de problemas se alinha à geração de conhecimento (a troca de saberes dos especialistas e do próprio grupo ou população investigado no reconhecimento do contexto e das estruturas socioeconômicas, políticas e culturais) capaz de ajudar na mobilização, no equacionamento das problemáticas e no empoderamento do processo de mudança. (2016, p. 10)

marca singular da pesquisa-ação: pesquisador(a) e participantes são responsáveis pela geração de conhecimento,



podendo a definição do problema ser proposta pelo(a) pesquisador(a) ou pelos(as) participantes. Quanto à participação/ inserção do(a) pesquisador(a), Peruzzo (2016) se refere a uma fase da pesquisa quando o(a) pesquisador(a) está reconhecendo a situação. Ela é, como sugere Borba, uma técnica de observação e análise de processos e fatores que contribuem para o entendimento do problema e das mudanças necessárias para a sua superação. Portanto, não se resume a uma ação colaborativa, porque pode gerar processos educativos tanto do(a) pesquisador(a) quanto dos(as) participantes.

Peruzzo (2016) também ressalta o risco reducionista de se confundir metodologia com técnicas ou método científico de pesquisa, e explica que método de pesquisa tem duas dimensões: a epistemológica e a metódica. Na primeira, há uma indicação da posição do autor na filosofia da ciência e

[...] orienta a linhagem teórico-metodológica – a matriz epistemológica – da pesquisa (positivismo, estruturalismo, fenomenologia, compreensivismo, materialismo histórico dialético, construtivismo...) eleita pelo pesquisador/pesquisadora e se situa no contexto da teoria do conhecimento. (*Ibid*, p. 14)

É justamente essa a dimensão da metodologia que distingue a posição epistêmica existente em toda pesquisa. É aí que se observa, em uma pesquisa, não só a visão de mundo do(a) pesquisador(a) mas, também, o seu papel, a sua intervenção nos processos sociais voltada para o enfrentamento de desigualdades, como as de gênero, raça, classe, sexualidade, reli-

giosidade, entre outras formas de violência humana. É na dimensão metodológica que se observam, também, as tradições teóricas que fundamentam cada pesquisa.

A outra dimensão, a metódica, segundo Peruzzo (2016), se refere aos fundamentos conceituais que alicerçam uma pesquisa. É ela que vai nortear os caminhos e posições tomadas em todo o percurso metodológico, “portanto, antecede a escolha e a aplicação de técnicas de coleta de informações e identificação dos observáveis” (PERUZZO, 2016, p. 15). São essas duas dimensões do método que vão apontar para as técnicas mais adequadas para coleta de informações, registro das observações etc.

Segundo Peruzzo (2016), as fases ou ciclos são uma etapa da pesquisa-ação que costuma apresentar divergências resultantes de várias questões, como o tema, os(as) participantes, a população, o espaço territorial e, portanto, não comprometem uma pesquisa.

Já para Thiollent (2011, p. 7), a pesquisa-ação representa a intenção de elucidar problemas técnicos e sociais, relevantes em termos científicos, e essa intenção conta com grupos de pesquisadores(as) e integrantes da situação-problema interessados(as) na resolução das questões apresentadas. Para o autor,

[...] as expressões “pesquisa participante” e “pesquisa-ação” são frequentemente dadas como sinônimos. A nosso ver não o são, porque a pesquisa-ação, além da participação, supõe forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem

sempre se encontra em propostas de pesquisa participante. Seja como for, consideramos que a pesquisa-ação e pesquisa participante procedem de uma mesma busca de alternativas ao padrão de pesquisa convencional. Não estamos propensos a atribuir muita importância aos “rótulos”. Mediante a aplicação dos princípios metodológicos aqui em discussão, achamos que outro modo de designação possa ser cogitado, mas ainda não o encontramos. (2011, p. 13-14)

A exemplo do que foi apontado na apresentação da pesquisa ativista, a pesquisa participante e a pesquisa-ação também enfrentam resistências e críticas, com relação ao risco de um “rebaixamento do nível de exigência acadêmica” (Ibid, p.14). Quanto a essa crítica, Thiollent (2011) observa que ela é superável, a partir de um profundo embasamento metodológico, já que outros tipos de pesquisa, não identificadas com o social, ou com base empírica, também têm ameaças. Thiollent (2011) ressalta que, apesar da escolha por pesquisa empírica “voltada para a descrição de situações concentradas e para a intervenção ou ações orientadas em função de resolução de problemas efetivamente detectados nas coletividades consideradas” (Ibid, p.15), a abordagem por ele proposta recorre, sim, aos quadros de referências teóricas, pois sem eles a pesquisa não teria sentido. Para o autor, a pesquisa-ação

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos

de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p. 20)

Observa-se que nessa definição não há uma referência às pesquisas voltadas para grupos sociais que vivem situações de desigualdades, nem que a pesquisa-ação tenha, obrigatoriamente, uma orientação emancipatória, o que pontua uma diferença em relação não só à pesquisa ativista, mas também à investigação-ação e pesquisa militante, propostas por Hale e Borda, embora boa parte dessas pesquisas desenvolvidas na América Latina tenha desempenhado esse papel. Ainda tratando de definições, Thiollent (2011) afirma que essa é uma questão de

[...] terminologia, acerca da qual não há unanimidade. Nossa posição consiste em dizer que toda pesquisa-ação é de tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária. No entanto, tudo o que é chamado pesquisa participante não é pesquisa-ação. Isso porque pesquisa participante é, em alguns casos, um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos<sup>3</sup>. Nesse caso a participação é sobretudo participação dos pesquisa-

<sup>3</sup> Parte dessa citação foi utilizada por Peruzzo no artigo “Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos”, apresentado no INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em Belo Horizonte (MG), de 2 a 6 de setembro de 2003.

dores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamento que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado. (2011, p. 21)

Outra característica da pesquisa-ação que se diferencia da pesquisa ativista é que ela não se limita a uma forma de ação, e tem a intenção explícita de aumentar o conhecimento do(a) pesquisador(a) e das pessoas envolvidas na pesquisa, enquanto a segunda, a pesquisa ativista, almeja a aplicação das sugestões para a superação dos problemas apontados pela pesquisa. A pesquisa-ação, ainda segundo Thiollent (*Ibid*, p. 24), só se efetiva quanto comporta dois tipos de objetivos: o prático e o de conhecimento. O prático, quando a pesquisa contribui para a resolução de um problema; e o de conhecimento quando a intenção da pesquisa é ampliar o conhecimento sobre determinadas situações. Ou seja, é a práxis, também apontada na pesquisa ativista.

Brandão e Borges (2007) contribuem com o debate ao tratar da pesquisa participante, que, para os autores, é desenvolvida dentro dos, ou para os, movimentos sociais populares. Eles consideram um equívoco o uso de denominações como se fossem sinônimos, a exemplo do que ocorre com os termos pesquisa participante, autodiagnóstico, pesquisa-ação, pesquisa participativa, investigação-ação participativa. A pesquisa participante segue trajetória semelhante, no Brasil e na América Latina, à investigação-ação e à pesquisa militante propostas por Borda. Ela não tem um modelo único ou uma metodologia científica própria, comum a todas as suas possíveis abordagens – pressupõe comprometimento político e ideológico do(a) pesquisador(a) com o gru-

po analisado, com as suas causas sociais e, também, é um momento de execução de ações de educação popular. Uma das características destacadas por Brandão e Borges (2007) é que

[...] em suas diferentes vocações, as *pesquisas participantes* atribuem aos agentes populares posições na gestão de esferas de poder ao longo do processo da pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social dentro da qual a *pesquisa participante* tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria. (2007, p. 53)

Brandão e Borges (2007) tomam como base teórica os pressupostos formulados pelos educadores mexicanos Luís Gavarro e Libertada Lenda. A dupla listou os “princípios de ação” da pesquisa participante, em que defendiam uma ligação entre “nós” e os movimentos sociais populares. Dos anos 1960 à atualidade, essa lista vem passando por reformulações, algumas propostas por Brandão e Borges. A citada a seguir, também, foi identificada nas demais pesquisas aqui analisadas:

A relação tradicional de *sujeito-objeto*, entre investigador-educador e os grupos populares, deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo *sujeito-sujeito*, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber. É através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de *compreensão da realidade social* pode ser construída.

O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador. (BRANDÃO e BORGES, 2007, p. 54)

A pesquisa participante também requer a práxis, ou seja, que o processo e os resultados de uma pesquisa contribuam nas práticas sociais e, inclusive, sugiram novos estudos; reconhece a não existência da neutralidade científica em nenhuma pesquisa, o que não significa que a pesquisa participante não cumpra com certos rigores comuns em uma pesquisa acadêmica. A pesquisa participante deve ser um processo dirigido à transformação social. Um outro fator importante de se observar diz respeito à dinâmica das relações e dos processos envolvidos na investigação, a exemplo da histórica. Segundo Brandão e Borges (2007), boa parte das experiências de pesquisa participante recorrem a Paulo Freire, quando trabalha com a educação popular, em uma iniciativa de “empoderamento dos movimentos populares e de seus integrantes”. (*Ibid*, p. 57)

## Uso da pesquisa ativista

Vargas (2008), ao utilizar a metodologia pesquisa ativista em um trabalho desenvolvido em duas ONGs negras de Los Angeles (EUA), a Coalition Against Police Abuse (CAPA) e a Comunidade em Apoio à Gang Truce (CSGT), constatou que “enquanto a observação participativa<sup>4</sup>, tradicionalmen-

te, coloca a ênfase na observação, a participação observadora refere-se à participação ativa no grupo organizado, de modo que a observação torna-se um apêndice da atividade principal” (2008, p. 175). Por isso, o autor sugere uma mudança de nomenclatura e conteúdo, na qual a observação participante, utilizada em uma pesquisa ativista, deveria ser chamada de “participação observadora”.

Já no caso da aplicação da pesquisa ativista em estudo sobre a comunicação, uso e apropriação das TICs de quatro ONGs de mulheres negras brasileiras, os dados preliminares têm sinalizado para a importância de alguns dos seus pressupostos, como o diálogo permanente entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa, e o conhecimento do lugar histórico das instituições de mulheres negras brasileiras, que, segundo Santos (2009, p. 280) “têm representado importantes espaços políticos e de resistência contemporâneos na luta contra formas de opressão na sociedade, tais como racismo, sexismo,

---

grupo pesquisado, ou seja, ele acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação. Porém, o investigador não “se confunde”, ou não se deixa passar por membro do grupo. Seu papel é de observador. Exceto em situação extrema, em que o pesquisador, por opção metodológica, decide deixar-se passar por membro do grupo, acreditando ser. Sobretudo, o pesquisador é autônomo. O “grupo” ou qualquer elemento do ambiente, não interfere na pesquisa, do ponto de vista da formulação dos objetivos e demais fases do projeto, nem sobre o tipo de informações registradas e interpretações dadas ao observado. O observador pode ser “encoberto” ou “revelado”. O que quer dizer que o grupo pode ter ou não conhecimento de que está sendo investigado. Este tipo de pesquisa tem sua origem nos estudos sobre comunidades desenvolvidos por antropólogos e que se tornou conhecida como investigação etnográfica.

<sup>4</sup> De acordo com Peruzzo (2003, p. 14) “o pesquisador se insere, participa de todas as atividades do

heterossexismo, lesbofobia, homofobia, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras”.

Para Santos (2009), essas ONGs fazem parte de contexto maior do movimento social, tanto no Brasil como na região latino-americana, e, mesmo tendo características peculiares às suas regiões e contextos locais, têm uma base identitária comum, que, na contemporaneidade, fortalece um compromisso diaspórico de mulheres negras. O conhecimento das instituições analisadas, seus temas, lugares de fala e conteúdos discursivos, as entrevistas e diálogos com as participantes, aos poucos, vão formando um perfil singular para o desenvolvimento da pesquisa e possíveis intervenções.

## Considerações finais

---

Sem dúvida, as metodologias aqui brevemente analisadas carregam virtudes, problemas, conflitos, discrepâncias, dilemas, típicos da práxis. Típicos de sociedades que mantêm um leque de desigualdades, violências e exclusões, como as de raça, gênero, sexualidade e classe. Ao longo deste artigo foram listadas as semelhanças e diferenças identificadas no mosaico denominado de pesquisa ativista, investigação-ação, pesquisa participante, pesquisa-ação, que podem contribuir nas escolhas metodológicas de novas pesquisas.

Mas esse estudo também aponta para o fato de que questões anteriores ao desenvolvimento da pesquisa e ligadas

ao exercício de cidadania, a comprometimentos político e ideológico, ao incorformismo diante das “coisas”, movem, ou não, o(a) pesquisador(a) para o uso de pesquisas sociais, cujos princípios epistemológicos, metodológicos e teóricos viabilizam uma práxis que pode resultar no enfrentamento de, pelo menos, algumas exclusões estruturais, a exemplo do racismo. Borda, nos anos 1970, falava em subversão. Na atualidade, fala-se em indignação.

Nesse sentido, a escolha da pesquisa ativista é uma possibilidade real de exercitar seus princípios, de ingressar em setores invisibilizados das sociedades e se confrontar com surpresas e dilemas típicos das pesquisas sociais, de buscar soluções coletivas e sonhar que é possível intervir em um mundo tão distante da ideia de humanidade. ■

### [ CÉRES SANTOS ]

Discente do Curso de Doutorado Interinstitucional (Dinter) entre o Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM/USP) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Jornalista e docente no curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da UNEB. Ativista do Movimento Negro e de Mulheres Negras brasileiras.  
E-mail: ceresantos3@gmail.com.

## Referências

---

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa. Pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**. Ribeirão Preto, v. 3, n. 3, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609/116687>>. Acesso em: 6 ago.2017.

BRINGEL, Breno; MALDONADO, Efendy Emiliano. Pensamento crítico latino-americano e pesquisa militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p. 389-413, 2016.

FALS Borda, Orlando. **El problema de cómo investigar la realidad para transformarla: por la praxis**. Bogotá, Colombia: Ediciones Tercer Mundo, 1978.

HALE, Charles R. (Ed.). **Engaging Contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship**. Los Angeles: University of California Press, 2008.

HALE, Charles R. What is activist research? **Social Science Research Council**, New York, p.13-15, 2001.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, v. 1, 2005, p. 125-145.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 25., 2016, Goiânia. **Anais...** Goiânia: COMPÓS, 2016. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/epistemologiaem%C3%A9tododapesquisa-a%C3%A7%C3%A3o...ciciliaperuzzo.modelocompos2016.\\_3270.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/epistemologiaem%C3%A9tododapesquisa-a%C3%A7%C3%A3o...ciciliaperuzzo.modelocompos2016._3270.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VARGAS, João Helion Costa. Activist Scholarship: limits and possibilities in times of black genocide. In: HALE, Charles R. (Ed.). **Engaging Contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship**. Los Angeles: University of California Press. 2008, p. 164 a 182.